

O recadastramento e a falência da representatividade

Os dois maiores conselhos de engenharia do país realizam, em 2007, um amplo recadastramento para atualizar suas bases de dados e a lista de associados. Uma iniciativa louvável destas instituições cujas atuais gestões dão sinais de profissionalismo e competência ímpares, se comparadas ao padrão brasileiro de administração pública.



Porém, o que parece ser um sinal de boa gestão é na verdade a evidência física da falência do sistema de representatividade dos engenheiros e da engenharia no Brasil. Pois o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Crea, reconhece no recadastramento desconhecer os profissionais do setor, a ponto de precisar convocá-los às suas sedes e representações para reinseri-los em suas bases de dados.

Aos engenheiros fica, mais uma vez, a impressão de estarem relegados a uma instituição surda, voltada aos seus problemas internos, distante de sua realidade e incapaz de representá-los perante a sociedade.

Na verdade esta visão está parcialmente certa. Tanto o Crea quanto o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Confea, são incapazes de representar a engenharia e os engenheiros. Não por deficiência de suas lideranças ou por incompetência de seus funcionários. Mas por não haverem sido idealizados ou criados para este fim. Sua missão é defender a sociedade e os cidadãos, reduzindo o risco causado pela má prática profissional.

Para defesa da engenharia, dos engenheiros, projetistas, indústrias, construtoras ou empreiteiras existem os sindicatos e as associações, num

sistema de representatividade descentralizado e fragmentado, que ao longo dos anos enfraquece a engenharia, abandona os profissionais, prejudica as empresas e está atrasando o país.

A figura de uma associação forte, representativa e atuante como a OAB, não é impossível, mas quase. Pois para isto deveriam ser feitas reformas profundas nos conselhos, na cultura do setor e, sobretudo, na legislação brasileira. Mais simples e lógico seria a criação de campanha de esclarecimento das funções de cada entidade, suas formas de financiamento e área de atuação. Onde a defesa da engenharia nacional está nas mãos das associações, a sociedade sob a responsabilidade do Crea e os direitos trabalhistas dos engenheiros sob os olhos dos sindicatos.

Às associações, hoje fragmentadas e espalhadas por todo território nacional, fica então a tarefa de se articularem em torno de um debate comum, e a missão de levar este trabalho aos representantes dos poderes públicos nas esferas municipais, estaduais e nacionais.

Também fica o dever de lutar pelo exercício profissional da engenharia, arquitetura e agronomia. Criar mecanismos de capacitação dos profissionais. Elaborar um código de esclarecimento para a contratação de serviços de engenharia e arquitetura. Exercer pressão para a fiscalização de obras. Defender um código de ética profissional para a organização do setor.

Enfim, a engenharia brasileira precisa de organização, de papéis definidos e principalmente de proximidade com os engenheiros e suas demandas.

Edemar de Souza Amorim
Presidente do Instituto de Engenharia

EDITORIAL